

Crise, motins e que mais?

Thomas Meyer

O discurso burguês sobre a violência é dominado pela postura de condenar a violência da esquerda. Isso fica muito claro na condenação dos protestos climáticos da *Última Geração*, em que o apelo à mão dura da violência estatal nunca pode ser suficientemente extremista (Konicz 2022). Em contrapartida a violência legitimada pelo Estado não é alvo de críticas. O que vale ainda mais para a *violência estrutural* (por exemplo, contra refugiados e beneficiários do Hartz IV) ou para catástrofes sociais impostas pelas medidas de ajustamento estrutural do FMI. A violência da direita é minimizada, reduzida a casos isolados ou equiparada à violência da esquerda, ou seja, não é feita nenhuma diferença significativa entre a violência contra pessoas (que muitas vezes termina em morte) e a violência contra coisas ou contra a ordem da propriedade burguesa (bloqueios e ocupações). É claro que tal postura é adequada para impedir a crítica social prática, bem como para limitar a «liberdade» e a «autodeterminação» à aprovação do existente. A violência da direita parece menos ameaçadora para a ordem burguesa, especialmente porque os neonazis muitas vezes fazem «irregularmente» o que o Estado faz oficialmente – por exemplo, na *hostilidade aos refugiados* – (prender e deportar os «estrangeiros» «em conformidade com a norma», queimá-los na prisão¹, matá-los a tiro² etc., em vez de persegui-los pelo parque e assassiná-los). No discurso burguês critica-se a violência que parece representar uma ameaça à ordem burguesa, enquanto as estruturas de violência da sociedade burguesa são «estabelecidas» como algo natural. A violência legitimada pelo Estado de direito não aparece como tal, nem mesmo linguisticamente, ou é afirmada como «proporcional» ou «necessária». Quando a violência é exagerada, mais uma vez se trata apenas de «lamentáveis casos isolados». As leis sobre as funções da polícia aprovadas nos últimos anos transformam cada vez mais o Estado de direito burguês num Estado policial. Com base nessas leis foi aplicada a *prisão preventiva* contra protestos climáticos, ou seja, a detenção de pessoas que supostamente *poderiam* cometer um «crime» ou participar de protestos climáticos (!) (que em si nem sequer são puníveis). É apenas uma questão de tempo até que o activismo pela protecção do clima seja equiparado ao terrorismo!³

Particular indignação no discurso burguês sobre a violência provocam os *motins*, ou seja, as revoltas em geral «relativamente espontâneas» (desencadeadas por determinados eventos isolados, como violência policial, aumentos de preços de bens essenciais como o pão, mas também gasolina, bilhetes de transporte etc.), que muitas vezes parecem sem sentido nem objectivo e se caracterizam por saques e destruição excessiva da propriedade alheia. Os motins são, portanto, de natureza diferente das *greves*, no sentido de lutas de interesses *ordenadas e formalizadas* (como se pode observar maravilhosamente nas lutas salariais). Suas causas sociais, portanto, muitas vezes não são entendidas ou são interpretadas apenas como excessos irracionais de violência, que devem ser "tratados" com ainda mais cassetetes policiais e sistemas de alerta precoce.

Essa irracionalidade é expressão da irracionalidade da racionalidade social. As pessoas que participam em motins, frequentemente jovens, são pessoas que vivem *dentro* desta sociedade, mas *não* podem *participar* nela. Podem ser *formalmente* iguais *em termos legais*, mas são tratadas de forma diferente (quem vem de um «bairro problemático» ou tem um nome «estrangeiro», por exemplo, tem menos probabilidades de ser convidado para uma entrevista de emprego, apesar de ter as mesmas qualificações). Na maioria das vezes, partilham os ideais e objectivos da sociedade

¹ https://de.wikipedia.org/wiki/Oury_Jalloh.

² Aydemir, Fatma: Polizeigewalt in Deutschland [Violência policial na Alemanha], taz.de de 12.8.2022.

³ Este texto foi escrito no início de 2023.

(trabalho, consumo, família), mas são excluídos da sua realização. A promessa de igualdade e felicidade da sociedade burguesa ou a possibilidade de ascensão social tornam-se cada vez mais uma ilusão. As catástrofes sociais nos chamados bairros problemáticos («guetos» ou povoações suburbanas) não são entendidas como resultado das distorções sociais do capitalismo de crise e do seu regime neoliberal de crise desde a década de 1970, mas sim *racializadas*: afirma-se que são um «problema cultural» dos negros, resultado da «falta de integração», representam um «problema de estrangeiros e migrantes» e/ou um problema «do Islão». Em vez de entender as causas sociais dos motins, bem como a constelação histórica concreta em que estes ocorrem, eles são externalizados como «problema». Afirma-se que existe um problema que é trazido de «fora» para a sociedade burguesa. Esta recusa em compreender é manifestamente muito mais irracional do que incendiar carros ou saquear supermercados. Robert Castel, por exemplo, explica, tendo como pano de fundo os motins dos jovens nas *banlieues* francesas em 2005: «O problema destes jovens não é o facto de estarem *à margem* da sociedade. Isso não é verdade, nem em relação ao espaço em que vivem (os subúrbios não são guetos), nem em relação ao seu estatuto (muitos são cidadãos franceses e não estrangeiros). Mas também não estão *dentro* da sociedade, porque não ocupam uma posição reconhecida nela e muitos deles são claramente incapazes de conquistar tal posição. Se houve uma revolta de desespero, foi na convicção de não ter futuro, de estar privado dos meios necessários para ser considerado um membro de pleno direito da sociedade» (Castel 2009, 36, ênfase no original).

Joshua Clover investiga este fenómeno no seu livro *Riot. Strike. Riot* tentando classificá-lo teórica e historicamente. Ele deixa claro que o conceito burguês de violência, que se manifesta na condenação dos motins, é altamente problemático: «Dizer que danos materiais são equivalentes a violência não é uma verdade simples, mas baseia-se na suposição de uma série de ideias específicas e historicamente relativamente recentes sobre propriedade, incluindo identificações específicas de pessoas com riqueza abstrata, que culminam, por exemplo, na definição jurídica de que as empresas são pessoas» (Clover 2021, 20s.). O que é ignorado é a violência a que estão sujeitos os marginalizados e os que foram tornados supérfluos: «Insistir na violência dos motins obscurece a violência quotidiana, sistemática e omnipresente que assola diariamente a vida de grande parte da população mundial. A visão de uma socialidade geralmente pacífica, da qual a violência só surge em casos excepcionais, é uma ideia que só é alcançável para poucos. A conversa sobre a violência dos motins torna-se um mecanismo de exclusão que se dirige menos contra a ‘violência’ e mais contra determinados grupos sociais» (ibid.).

Clover distingue entre motim e motim’. O primeiro refere-se aos motins *anteriores* ao movimento operário, *antes* da imposição do capitalismo industrial (economia moral, resistência dos luditas etc., cf. também Kurz 1999, 125ss. [84ss.]). O contexto histórico é, entre outros, a destruição dos bens comuns associada à «acumulação primitiva» (Marx) e a crescente dependência do mercado. Enquanto a greve procurava obter o preço mais alto possível pela força de trabalho na fábrica, bem como condições de trabalho melhores e mais suportáveis, o motivo mais frequente para um motim era o aumento dos preços dos produtos no mercado (motins do pão). Os motins não fixavam o preço da força de trabalho, mas sim o preço de mercado dos bens de consumo (ou impediam as exportações, para que o pão fosse vendido aqui e agora a um preço «justo» e não a um preço mais elevado noutro local). Não interrompiam a produção, mas sim a circulação; os motins eram, de certa forma, *lutas na circulação* (Clover 2021, 23s.). Não ocorriam na indústria, mas no espaço público, nos mercados. É preciso distinguir isso do «motim’» (a seguir, novamente motim), ou seja, os motins que ganharam cada vez mais importância desde a década de 1970, o que está relacionado com a interminável crise do capital desde a década de 1970. Consequentemente, são qualitativamente diferentes dos motins do início do capitalismo. O que os motins e os motins’ têm em comum é a pilhagem de mercadorias, a espontaneidade e a desordem das suas acções. A diferença é que hoje a produção de bens está fragmentada por todo o mundo, enquanto no capitalismo inicial tudo o que era necessário para a vida ainda era produzido nas proximidades. Esta mudança torna impossível a «apropriação e tomada» da produção por um motim. Se hoje os motins

voltam a desempenhar um papel mais importante, em contraste com a importância decrescente das greves, isso não significa de modo nenhum que esteja a ocorrer um *regresso* a formas de protesto mais antigas. Clover salienta que a dinâmica *histórica* da valorização do valor é de importância crucial na avaliação teórica dos motins. Embora os motins ainda interrompam a circulação hoje em dia, isso não é comparável à circulação do século XVIII. Com Clover pode-se afirmar que os próprios conceitos têm uma história (assim como, naturalmente, aquilo a que se referem), que fenómenos semelhantes que ocorrem na história do capitalismo não são um retorno do mesmo. Isso deve ser levado em consideração na análise.

As explicações de Clover foram criticadas (Armstrong 2021) por sua «tripartição» histórica («motim-greve-motim») ser muito esquemática, por ele não abordar, por exemplo, as lutas militantes dos escravos (que não ocorreram na esfera da circulação) e por sua distinção entre motim e greve não ser sustentável, se considerarmos greves em massa ou greves selvagens do passado, nas quais houve uma sobreposição de lutas na circulação e na produção (sabotagem de comboios, interrupção de «cadeias de abastecimento» para apoiar os trabalhadores fabris em greve).

Além disso, foi criticado o facto de o seu foco estar nos países ocidentais. Se olharmos para o mundo como um todo, não se pode dizer que a importância das greves e o seu número estejam a diminuir. Dois críticos de Clover parecem assim concluir que ele estava obviamente errado ao afirmar que a crise do capital desde a década de 1970 era insolúvel, pois «o proletariado industrial mundial nunca foi tão grande como hoje, provavelmente nunca houve tantas greves como hoje» (Arps & García Doell 2021). Para os dois autores, isso encerra essencialmente a discussão sobre a teoria da crise (cf. Kurz 2005 e 2012, bem como, especificamente sobre a China: Ming 2023 e o [artigo de Tomasz Koniecz](#) nesta edição da *exit!*).

O contexto histórico concreto que Clover expõe pode ser igualmente aplicado às greves. Nos últimos anos pôde-se observar com contentamento um aumento das greves (cf. por exemplo, Scholz 2022 e Autorenkollektiv 2023). Os autores de *Analyse & Kritik* estão, sem dúvida, certos nesta constatação. No entanto, é preciso levar em conta que elas ocorrem num contexto *de restrição do espaço de manobra* da forma da dissociação-valor e, portanto, têm um *espaço de possibilidades* muito diferente das greves das gerações anteriores (mesmo que sejam mais necessárias do que nunca). Por isso é um pouco simplista pensar que, ao contar as greves, refutamos as observações de Clover sobre a crise.

Clover destaca que as lutas dos trabalhadores *estão ligadas à condição prévia de uma valorização bem-sucedida do capital* e que se tornam obsoletas quando a valorização do valor entra em *crise sistémica* (ou seja, uma crise não apenas conjuntural). Trata-se, portanto, de lutas dentro do contexto capitalista, que não é questionado como tal. Em tempos de crise, essas lutas tornam-se cada vez mais irrelevantes, o que torna claro o seu carácter defensivo e afirmativo. Clover escreve: «O poder histórico dos trabalhadores baseava-se num sector produtivo em crescimento e na capacidade de se apropriarem de parte do excedente crescente. Desde a viragem da década de 1970, a luta do trabalho tem sido cada vez mais reduzida a transformações defensivas; obrigados a preservar as empresas que lhes pagam os salários, os trabalhadores reafirmaram a dominação do capital em troca da sua própria sobrevivência. Os trabalhadores que aparecem como *trabalhadores* no período de crise vêm-se confrontados com uma situação em que ‘o próprio facto de agir *como classe* na luta contra o capital parece uma coerção externa’ [...] Talvez possamos identificar o ponto decisivo dessa evolução voltando-nos para Detroit. Pois em 1973 aconteceu o seguinte: ‘Pela primeira vez na história da UAW (United Auto Workers), o sindicato mobilizou-se para impedir o encerramento de uma fábrica’. Nos anos seguintes isso rapidamente se tornaria – intencionalmente ou não – o paradigma da actividade sindical. [...] O capital e os trabalhadores organizados encontram-se numa situação em que lutam juntos pela preservação da reprodução do capital, ou seja, pela preservação das relações de trabalho assalariado e, com ela, pela sobrevivência da empresa. [...] Podemos chamar a isso de ‘armadilha da afirmação’, uma posição em que o movimento operário organizado

não tem outra escolha a não ser afirmar a sua própria exploração sob o pretexto de garantir a sua própria sobrevivência» (ibid., 36s., 140s., ênfase no original).

Uma greve depende do crescimento económico. Se determinadas fábricas ou sectores de produção inteiros deixarem de ser rentáveis, a mais-valia diminui, havendo assim para distribuir menos mais-valia que os trabalhadores poderiam adquirir. Os sindicatos – uma vez que representam as pessoas apenas na *sua função de capital variável* – numa situação como esta defendem a manutenção dos postos de trabalho, geralmente em condições piores, para que a fábrica continue a ser rentável (eventualmente em comparação com uma «localização» concorrente), desde que os trabalhadores aceitem todas as condições necessárias. A margem de manobra dentro da forma do valor diminui, o espaço de acção torna-se mais restrito. Enquanto não se questionar o sistema salarial como tal, mas se defender sempre salários mais altos (ou salários *mais baixos*, para que a empresa não feche), participa-se na organização da própria descida social (ou na de outros trabalhadores). Clover destaca que, desde a década de 1970, o trabalho valorizado no sector produtivo tem diminuído cada vez mais e a acumulação tem se deslocado para a esfera financeira. O resultado é a produção de uma «população excedente» (ibid., 35), que constitui a *substância social* dos motins. As pessoas são dispensadas para a superfluidade, mas continuam a ser obrigadas a reproduzir-se capitalistamente: «O capital pode já não precisar dos trabalhadores, mas estes continuam a precisar de trabalho. Assim são obrigados a submeter-se às formas humilhantes da escravidão salarial na forma de produção simples de mercadorias e serviços – ligados a mercados informais e frequentemente ilegais [...], que surgem ao lado das falhas e colapsos da produção capitalista» (ibid., 33s.).

Quando as relações laborais «normais» se tornam uma excepção, desintegra-se a ordem que os «cidadãos civilizados» consideram «ordenada». A população excedente torna-se um «problema de segurança». Ao contrário do que acontecia no século XVIII e no início do século XIX, esta população está à mercê de uma *polícia altamente armada*, «como um exército permanente no interior». O Estado trava uma «guerra contra as drogas e o terrorismo» (ibid., 36). Não é de admirar que os motins sejam frequentemente desencadeados por assassinatos cometidos pela polícia.

A transferência da valorização para o sector financeiro e, ao mesmo tempo, a intensificação do transporte e da logística (que encurtam o período de rotação do capital) não conseguiram impedir a «estagnação e o declínio da rentabilidade global» (ibid., 31). Para Clover, *não* é uma contradição que algumas empresas consigam obter lucros, se imponham na concorrência, sejam extremamente bem-sucedidas segundo os critérios capitalistas e não pareçam estar em crise. *Clover distingue o sistema e a sua crise como um todo do nível do capital individual*. Assim, ele não comete o grave erro frequentemente cometido por muitos marxistas (ou adeptos da *Nova Leitura de Marx*) que ainda restam hoje, de inferir o *estado do sistema como um todo* a partir das características de capitais individuais (cf. Kurz 2012). A partir daí, conclui-se: sim, trabalha-se, produz-se e explora-se! Onde está então a crise do sistema?! Pelo contrário: «De acordo com a teoria do valor de Marx, este movimento de lucros é apenas um fenómeno superficial de uma mudança mais profunda na relação entre capital constante e variável, ou seja, entre meios de produção e força de trabalho, ou entre trabalho morto e trabalho vivo. Apesar das forças opostas, a chamada composição orgânica do capital tende a aumentar com o tempo: a concorrência obriga o capital a procurar meios para aumentar a produtividade, o que é garantido pela substituição gradual da força de trabalho humana por máquinas e processos de trabalho mais eficientes [...]. Com o tempo, porém, a proporção crescente de trabalho morto em relação ao trabalho vivo reduz a capacidade de produção de valor [...]. A mesma dinâmica que inicialmente impulsiona a acumulação [...] acaba por miná-la a longo prazo, até ao ponto em que as capacidades de produção e de trabalho possam ser harmonizadas, com fábricas vazias e desemprego a acumularem-se lado a lado. [...] As crises e recessões não resultam, portanto, de choques externos, mas são o resultado do limite interno do capital» (Clover 2021, 128s.).

O limite interno do capital tornou cada vez mais irrelevante a emancipação (de qualquer forma duvidosa) dentro dos limites do capital. Por isso as greves estão a diminuir, a desaparecer quase completamente ou a lutar apenas por nada, uma vez que o motivo da greve se torna cada vez menos rentável (sem contar que, numa greve que não visa a abolição, a natureza destrutiva do modo de produção capitalista e os seus efeitos catastróficos sobre o clima não são sequer abordados). À medida que mais e mais pessoas ficam sem trabalho, as fábricas ficam vazias, os subúrbios e os bairros operários transformam-se em «bairros problemáticos», e para muitas pessoas simplesmente não há mais nada por que lutar. Para mesmo assim «se fazerem ouvir», interrompem a circulação de mercadorias (saques, sabotagem, bloqueios de autoestradas etc.), incendeiam os seus próprios bairros odiados ou esquadras de polícia.

Um motim desencadeado por um acontecimento singular pode, em poucas semanas, transformar-se num «incêndio descontrolado» que expressa uma rejeição fundamental do «Antigo Regime» e que pode vir a almejar (e concretizar) a sua queda. Como Clover salienta, um motim, tal como uma greve, não tem necessariamente de ser emancipatório (ibid., 185). Este ponto deve *ser especialmente enfatizado*, seguindo Clover, uma vez que é agora perfeitamente claro que a «prática do motim» (ou aquilo que se lhe assemelha) também é praticada por radicais de direita e ideólogos da conspiração, como se pode ver, por exemplo, na invasão do Capitólio nos Estados Unidos (6.1.2021) e do Parlamento no Brasil (8.1.2023) (embora estes não tenham sido exactamente espontâneos).

Desde as revoltas árabes e o Occupy⁴ Wall Street no início da década de 2010, tem desempenhado um papel recorrente nos motins a *ocupação de espaços públicos* (embora não haja necessariamente uma ligação) ou *de infraestruturas* (que são fundamentais para a circulação de mercadorias), como a ocupação do porto de Oakland (Occupy Oakland). A dinâmica dos motins parece apontar para algo que vai além da pilhagem e dos incêndios. O motivo pode parecer singular e o desenrolar de um motim caótico e espontâneo. A questão é *o que se torna ou poderia tornar-se* um «incêndio descontrolado».

Uma luta social que visa melhorar a posição das pessoas ou dos trabalhadores fica sem efeito quando cada vez mais pessoas já não podem realmente participar no processo de valorização, mas, pelo contrário, vivem cada vez mais numa economia informal, sem perspectivas de que a sua sorte possa melhorar. Isso não diz respeito apenas às pessoas do antigo proletariado fabril, mas também aos trabalhadores intelectuais da universidade (geração estágio, contratos temporários contínuos etc.), ou seja, também aos trabalhadores (mais) qualificados. Um motim que tenha como objectivo uma redefinição dos preços é hoje anacrónico face à crise mundial do capital: «Aquele público cuja modalidade é o motim acaba por se ver confrontado com a necessidade de alcançar a sua própria reprodução não só independentemente do salário, mas também independentemente do mercado» (ibid., 163). Essa necessidade é ainda mais premente, uma vez que «tentativas de apaziguamento» de todos os tipos já não surtem efeito hoje em dia. Enquanto os motins da década de 1960 nos EUA puderam ser «pacificados», fosse com cassetetes e balas de chumbo, fosse com medidas integrativas, como programas sociais, entre outras, que conseguiram melhorar a situação social, esse efeito não se verifica hoje em dia. Os programas sociais não conseguem disfarçar a superfluidade daqueles que deles «beneficiam». Isto é ainda mais trágico quando se consegue realmente derrubar um regime, mas nada muda na situação social e material das pessoas, os «amotinados» *continuam a ser uma população excedentária* e apenas um bando é substituído por outro. Como escreve Clover, essas tentativas de apaziguamento foram possíveis porque, na época do keynesianismo, ou seja, da expansão da massa de valor, os programas sociais foram implementados e puderam surtir efeito. Isso agora chegou definitivamente ao fim: «Talvez se pudesse imaginar exigências no presente que, se atendidas, mudariam substancialmente as condições de vida dos excluídos. Mas o aumento do

⁴ Ver também: Feuerherdt, Alex: Das Volk gegen ein Prozent – Der Antisemitismus der »Occupy«-Bewegung [O povo contra um por cento – O anti-semitismo do movimento «Occupy»], jungle.world, 1.12.2011.

número de excluídos e a incapacidade de atender a tais exigências são um e o mesmo facto – as duas faces da crise. Assim como os EUA não conseguem mais acumular riqueza a nível global e, portanto, precisam organizar o sistema mundial por meio da coerção em vez do consenso, o Estado não pode mais fazer o tipo de concessões que o movimento pelos direitos civis conquistou, não pode mais comprar a paz social. Agora só existe o chicote, não há mais a cenoura. [...] Os distúrbios contínuos e a sua raiva são, sem dúvida, uma medida da pressão social que se acumula em torno da violência policial motivada pelo racismo e da violência imanente na gestão das populações excedentárias em geral. São também uma medida do enfraquecimento dos apelos à moderação e à flexibilidade optimista. Tal abordagem ainda tem um certo carisma [...]. Ao mesmo tempo, torna-se cada vez mais difícil refutar o argumento de que a violência e a opressão sem fim são estruturais e não podem ser resolvidas pela justiça distributiva nem na prática nem na teoria» (ibid., 175).

Portanto, se continuar a existir a pressão para que a população excedente tenha de se reproduzir necessariamente de forma capitalista, a questão decisiva é como se poderia iniciar uma reprodução material para lá do trabalho assalariado e para lá dos preços «justos». Para isso seria importante criar outro tipo de «público» que *interrompa* o «curso normal» e aborde exactamente essa questão. A ocupação pública de espaços e infraestruturas *poderia* ser um meio para isso (estas últimas estão a ganhar importância no contexto das manifestações climáticas: desde bloqueios de estradas até sabotagem de oleodutos: Malm 2020). Trata-se, portanto, de romper a forma da economia e da política, ou seja, transcender tanto o motim quanto a greve, a fim de desenvolver a reprodução da sociedade para lá do trabalho assalariado e do mercado. Como metáfora institucional para isso, Clover usa «a comuna» (ibid., 176ss., sobre a Comuna de Paris cf. em sentido contrário também Kurz 1999, 237ss. [177ss.]). No entanto, o problema, como ficou claro na Primavera Árabe e também em outros lugares, é que, possivelmente por falta de alternativas, o destinatário continua sendo o Estado, reproduzindo assim a orientação para o Estado. O trágico nisso é que, na melhor das hipóteses, se alcança uma mudança de regime, ou seja, uma substituição das elites ou gangues funcionais, sem que isso altere em nada a situação social da população excedente (sem falar no sentido e no conteúdo da produção e do consumo).

O lado material de toda esta merda, ou seja, a fragmentação por meio mundo da produção de tudo o que é necessário para a vida, torna impossível uma «apropriação». Nem um público alternativo nem uma *interrupção geral da normalidade*⁵ poderão mudar isso (pelo menos não imediatamente ou a curto prazo), embora possam pelo menos tematizar o problema «em grande escala». Infelizmente Clover não aprofunda o lado «material» no seu livro (o que é sem dúvida muito difícil, pois ninguém tem respostas realmente definitivas). Do ponto de vista teórico e na prática ainda há muito a fazer. O livro de Joshua Clover sobre motins (os próximos certamente virão) contribui de forma importante para entender este fenómeno e para a sua contextualização histórica.

Bibliografia

Armstrong, Amanda: Die vergessenen Massenstreiks – Zu »Riot.Strike.Riot« von Joshua Clover – eine Kritik [As greves em massa esquecidas – Sobre «Riot.Strike.Riot» de Joshua Clover – uma crítica], in: *Analyse und Kritik* Nr. 670, 20.4.2021, <https://www.akweb.de/bewegung/joshua-clover-kritik-riot-streik-strike/>

Arps, Jan Ole; García Doell, David Ernesto: Riots für Kommunist*innen – Joshua Clover bietet eine Theorie des Aufstands – hilft das für die politische Praxis in Deutschland? [Motins para comunistas – Joshua Clover oferece uma teoria da revolta – isso ajuda na práxis política na Alemanha?], em:

⁵ Com isto não me refiro ao «estado de excepção», que é apenas uma continuação da normalidade por outros meios, com o objectivo de estabelecer à força uma normalidade capitalista a um nível superior ou de manter sob controlo a população excedentária (cf. Kurz 2021, 320ss.).

Analyse & Kritik Nr. 669, 16.3.2021, <https://www.akweb.de/bewegung/joshua-clover-theorie-aufstand-praxis-fuer-deutschland/>

Autorenkollektiv: »Die Lage ist ernst – Zeit zu streiken« [«A situação é grave – hora de fazer greve»], em: *Wildcat* Nr. 111 (Frühjahr 2023), 42–49.

Castel, Robert: *Negative Diskriminierung – Jugendrevolten in den Pariser Banlieues* [Discriminação negativa – Revoltas juvenis nas banlieues parisienses], Hamburg 2009.

Clover, Joshua: *Riot – Die neue Ära der Aufstände*, Hamburg 2021, original [*Riot. Strike. Riot: The New Era of Uprisings*](#) [Motim. Greve. Motim: A nova era das revoltas], Verso, London 2016.

Konicz, Tomasz: Kein Wetter für Klimaproteste, 2022, auf exit-online.org. Trad. Port.: <https://www.konicz.info/2022/11/22/nao-esta-tempo-para-protestos-climaticos/>

Kurz, Robert: *Das Weltkapital – Globalisierung und innere Schranken des modernen warenproduzierenden Systems* [O capital mundial – Globalização e limites internos do moderno sistema de produção de mercadorias], Berlin 2005.

Kurz, Robert: *Geld ohne Wert – Grundrisse zur einer Transformation der Kritik der Politischen Ökonomie*, Berlin 2012. Trad. port.: *Dinheiro sem Valor. Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*, Antígona, Lisboa, 2014.

Kurz, Robert: *Schwarzbuch Kapitalismus – Ein Abgesang auf die Marktwirtschaft*, Frankfurt 1999. Trad. port.: *O livro negro do capitalismo – Um canto de despedida da economia de mercado*, online: http://obeco-online.org/o_livro_negro_do_capitalismo_robert_kurz.pdf

Kurz, Robert: *Weltordnungskrieg – Das Ende der Souveränität und die Wandlungen des Imperialismus im Zeitalter der Globalisierung*, 2. Auflage, Springer 2021. Trad. port.: *A Guerra de Ordenamento Mundial – O Fim da Soberania e as Metamorfoses do Imperialismo na Era da Globalização*, online: http://obeco-online.org/a_guerra_de_ordenamento_mundial_robert_kurz.pdf

Malm, Andreas: *Wie man eine Pipeline in die Luft jagt – Kämpfen lernen in einer Welt der Flammen* [Como explodir um oleoduto – Aprender a lutar num mundo em chamas], Berlin 2020.

Ming, Shi: Heftige Stürme, furchtbare Wogen – Die KP-Führung bereitet sich auf soziale Umwälzungen vor [Tempestades violentas, ondas terríveis – A liderança do Partido Comunista prepara-se para profundas mudanças sociais], in: *Le Monde Diplomatique* 4/2023.

Scholz, Nina: *Die wunden Punkte von Google, Amazon, Deutsche Wohnen & Co – Was tun gegen die Macht der Konzerne?* [Os pontos fracos da Google, Amazon, Deutsche Wohnen & C^a – O que fazer contra o poder das grandes empresas?], Berlin 2022.

Original “Krise, Riots und wie weiter?” in revista *exit!* nº 21, Abril 2024, pag. 245-254. Tradução de Boaventura Antunes, 11/2025

<http://www.obeco-online.org/>

<http://www.exit-online.org/>